

CAPÍTULO V MARTINHO LUTERO, O LÍDER DA REFORMA

In theologia scholastica ego christum amiseram; in Paulo reperi.
Na teologia escolástica perco a Cristo; em Paulo eu o recupero.
- Lutero, ed. De Weimar, II:414.

A origem da significação da Reforma Protestante não podem ser devidamente compreendidos, sem que se conheçam os fatos da vida de Lutero e a oposição feita a seu ensino. A maior parte dos movimentos perduráveis da História tem como centro uma personalidade dirigente. Os capítulos que se referem à Reforma abrem-se com Lutero no Convento de Erfurt ou em sua mesa de estudo em Wittenberg, investigando o Novo Testamento sob a orientação de Agostinho. Com as XCV Teses seus princípios alcançaram a primeira expressão pública. Segue-se a rejeição de toda autoridade em matéria de religião, quando pretenda contradizer a autoridade das Escrituras. Oposição, ridículo, invectiva, ameaças, proscrição legal, servem apenas para afervorar as convicções de Lutero e lhe fortalecer os propósitos. Em seu *Problema de Vida*, Eucken observou que “a renovação da religião aviltada só podia triunfar se aparecesse uma personalidade soberana – Lutero – em quem as correntes espirituais que circulam através da Reforma se tornaram carne e sangue”.

§ 1. O Homem e o Reformador. – Se um homem deve ser julgado pela influência que exerceu sobre as opiniões permanentes e sobre os destinos do mundo cristão, Lutero é, depois de S. Paulo, a figura mais notável. Anunciando sua morte aos estudantes de Wittenberg, Melancthon o coloca na mesma classe em que figuram Isaías e S. Paulo.=, Agostinho e S. Bernardo. Lutero era um distinto professor, pregador convincente, claro e arguto escritor, mestre de boa linguagem alemã. Mais do que tudo, foi um gênio religioso. Em confronto com ele, Napoleão parece pequeno. O conquistador francês trouxe a Europa para junto de seus pés e legou-lhe um fardo de desgraças. O Reformador alemão estimulou sua própria época e iniciou um movimento que grande parte da Cristandade vem seguindo.

Poucos são os caracteres históricos cujo julgamento tem sido tão contraditório. Neste sentido, Cromwell é semelhante a ele. Para os protestantes, Lutero foi um arauto da liberdade de pensamento, um homem enviado por Deus, o restaurador dos primitivos ensinamentos do Cristianismo, que tinham sido remendados ou pervertidos pelas interpretações humanas. Para os católicos romanos, se apurarmos os conceitos extremos correntes entre eles, Lutero foi um turbulento posto em rebeldia contra a autoridade, um agente de Satanás que dividiu a Cristandade e precipitou seus adeptos nos declives da morte religiosa. Foi excomungado e posto fora da lei pelo Estado. Segundo Leão X, “ele vomitou seus erros na amargura de injusta inimizade ao Espírito Santo” – Smith I:274. Lutero estava longe de ser um santo. Ele próprio reconhecia suas fraquezas humanas. Possuía pouco da virtude passiva que tem sido recomendada à canonização da Igreja Romana. Era um homem de luta, quando os tempos clamavam pela guerra; um homem entre os homens, integralizando a mais humana personalidade. Sua missão foi a de realizar por meio de batalhas aquilo que, segundo a conclusão a que chegara, seria impossível que se cumprisse por outros meios. Mas esse aspecto não esgota todo o homem que havia em Lutero. O Reformador exaltava o lar, brincava com os filhos, lutava com oração à cabeceira de sua filhinha, Lena, quando moribunda. Não procurava celebrações litúrgicas, nem os emolumentos que acompanham tais funções. Gozava da atenção dos príncipes, mas não se

DAVID S, SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

encurvava diante deles. A celebridade não o empolgou. Era, enfim, um homem do povo, jamais se envergonhando de sua origem camponesa. Com orgulho afirmava: “sou camponês, meus pais e meus avós foram genuínos camponeses.” O pai orgulhava-se de seu filho e Lutero, embora elevado a posição eminente, prestava filial obediência a seu pai e dele se orgulhava.

§ 2. Preparação para sua obra. – A preparação de Lutero para sua missão foi singularmente ampla. Aos invulgares dotes naturais, acrescentou diligente estudo e conhecimento prático das condições religiosas de seu tempo. Sua vida foi, de começo a fim, cheia de cenas dramáticas, de modo que o biógrafo, que o descreva concisamente, sentir-se-á levado quase ao desespero, diante do vasto amontoado de notáveis eventos e expressões admiráveis que se apresentam na carreira de Reformador. Nascido em meio que não era o das classes aristocráticas, nem o da pobreza desvalida, Lutero teve nos pais exemplares modelos de diligência, propósitos firmes e piedade. Sua mãe lhe ensinou o Pai Nosso, o Credo e as devoções usuais da Igreja. Seu pai lhe deu o exemplo de uma vontade férrea e de um elevado espírito. O adolescente teve as melhores oportunidades que a escola e a universidade podiam oferecer. Em Erfurt, seu talento veio a ser o orgulho da universidade. Sob pretexto veemente de seu pai, Lutero pôs de lado o estudo do Direito e assumiu os votos monásticos. Tinha ficado impressionado com a morte súbita de um amigo e com uma tempestade que, tombando, o colheu em viagem, numa floresta, à meia-noite. O que o levou a clamar: “Auxilia-me, Sant’Ana, e me farei monge”. Sant’Ana era a padroeira dos mineiros de cobre, classe a que pertencia o pai de Lutero.

Uma vez encerrado entre as paredes do convento dos Agostinhos, em Erfurt, o monge encarou a sério sua vocação. A Idade Média havia proclamado o convento como o primeiro refúgio da santidade terrena, sendo o caminho mais seguro de alcançar o céu. Anselmo escrevera que não havia outro meio tão seguro e S. Bernardo não teve descanso enquanto não persuadiu seus irmãos e irmã a tomarem o hábito. Os votos tinham chegado a ser coisa equivalente a um segundo batismo, restaurando o monge ao estado de inocência. Segundo a crença popular, ninguém jamais poderia aspirar à santidade meritória da profissão monástica, se se enredasse em vocações seculares. Lutero se dedicou com zelo às regras conventuais. A tal ponto esbofeteou o corpo com ascetismo que, anos após, falando das lutas por que passara, disse que, se jamais monge houve que conquistasse o céu por seu monaquismo, ele o teria conquistado. Deu-lhe o auxílio o superior da Ordem dos Agostinhos na Alemanha, João de Staupitz, representante da velha escola dos místicos alemães, pedindo ao jovem noviço que, alongando os olhos para além de si mesmo, contemplates a Cristo e se lembrasse de que Cristo não aterroriza, mas consola. Foi Paulo quem o conduziu e dominou. As palavras do Apóstolo: “O justo viverá pela fé”, tornaram-se para Lutero, como ele próprio o disse, a porta do paraíso.

§ 3. O Progresso de Lutero. – O jovem monge conquistou a confiança dos superiores religiosos. A escada das honras eclesiásticas lhe estava franqueada. Em 1511 foi enviado, com outro emissário, a Roma, para representar a Ordem dos Agostinhos da Alemanha numa causa que estava em debate. Lançando o primeiro olhar sobre a cidade, prostrou-se no solo, exclamando: “Salve, Roma Santa!” Penetrando suas portas, correu de altar em altar, celebrando missas e fazendo rogativas para que seu avô fosse libertado do purgatório, e desejando ter oportunidade de retirar os pais do mesmo sítio desconfortável. Subiu a *santa scala*, desejoso de alcançar a indulgência papal concedida aos que galgassem

de joelhos seus vinte e oito degraus. Não ficou satisfeito; e, alcançando o tope da escadaria, Lutero ouviu uma voz íntima que dizia: “O justo viverá pela fé”. Coisas estranhas ele as ouviu nos altares romanos: viu como os sacerdotes corriam com a missa e mastigavam o ritual. O que ele viu em Roma com os próprios olhos foi-lhe, no desdobramento da carreira, da máxima importância. “Eu não trocaria por 100.000 florins o que vi em Roma”, - disse ele. “Se não tivesse estado ali, poderia crer que estava sendo injusto para com o papa; mas, como vimos, assim falamos”.

§ 4. O escritório de Wittenberg e a sala de aula. – Em seu regresso à Alemanha, continuou a ascensão de Lutero. Foi nomeado professor efetivo da Universidade de Wittenberg e distinto vigário de sua ordem. Lutero foi apontado como paradigma de zelo monástico aos que pertenciam aos conventos alemães. Em 1512, contando então 29 anos, recebeu o grau de doutor em teologia. Ele era um pregador popular. Os cinco anos que decorrem entre 1512 e 1517, que Lutero passou no convento Agostiniano de Wittenberg, constituíram, até certo tempo, um período muitíssimo obscuro ao pesquisador moderno: um facho de luz se projetou, todavia, sobre ele, graças às descobertas do último quarto de século. Agora sabemos o que fazia o jovem monge em seu escritório e o que estava ministrando a seus alunos na sala de aulas. Encontraram-se os livros que ele lia e anotava de seu próprio punho. Encontraram-se, a seguir, cópias manuscritas das lições que estava professando. Sabíamos, por notícias chegadas até nós, que Lutero fizera preleções sobre os Salmos e sobre a Epístola aos Romanos; agora as próprias conferências que ele pronunciou sobre os Salmos, 1513-1514, estão diante de nós, através das notas colhidas pelos estudantes. Cópias manuscritas de suas lições sobre Tito e Hebreus foram encontradas, há poucos anos, no Vaticano, onde permaneciam ocultas desde o tempo em que o general Tilly fizera presente ao papa da biblioteca da Universidade de Heidelberg, conhecida como Biblioteca Palatina. O mais importante é que nas preleções de Lutero sobre Romanos, pronunciadas de 1515 a 1516, e escritas de seu próprio punho, foram descobertas no Museu de Berlim.

Nessas preleções se revela a evolução mental de Lutero. Notável, antes de tudo, é a escolha dos livros sagrados feita pelo jovem professor, para seu estudo e preleções – os Salmos e Romanos, livros em que a comunhão da alma com Deus é melhor expressa e a justificação à vista de Deus melhor explanada. O Salmista e Paulo nada sabiam da atividade intermediária de um sacerdote. Quase como um só homem, os teólogos medievais tinham-se preocupado com o Cântico de Salomão, divertindo-se em suas descrições tropicais, nas quais viam disseminadas propositalmente retratos de Cristo e da Igreja. Explorando um filão diverso, especialmente em suas preleções sobre Romanos, encontramos o jovem professor desprendendo-se da Metafísica e da Teologia medievais e realçando a clara significação dos Evangelhos. Ele repudiou Aristóteles, a maior autoridade filosófica da Idade Média, tratando-o como “o maldito filósofo pagão”. Voltou as costas a Tomaz de Aquino, encarado pelos outros como superior teólogo. Aos escolásticos o jovem preletor, usando de uma analogia de uso comum na época, chamou de “teólogos porcos”, significando por essa expressão que eles tinham comido a polpa da dialética humana, em lugar de penetrarem na sabedoria das Escrituras.² Entretanto, à medida que acompanhamos as preleções, vemos Lutero aprendendo cada vez mais de Agostinho, como expositor digno de confiança das doutrinas da depravação humana e da graça imerecida, embora por vezes também discorde da opinião de Agostinho. E, por último, encontramos Lutero comparando a Escritura com a Escritura, a fim de descobrir a significação real dos escritos inspirados.

Diante de si, no escritório, Lutero tinha o Novo Testamento no original grego. Chegando ao capítulo nono de suas lições sobre Romanos, ele evidentemente passou a ter em suas mãos a edição grega de Erasmo, que acabava de aparecer, e cita-a como “Erasmo”. Em seus comentários aos últimos capítulos da Epístola, o leitor é de quando em quando agradavelmente arrebatado pelo fervor evangélico de que eles se acham pervadidos: - “Não é pelas suas obras que o homem alcança a certeza da justiça” – assim escreveu Lutero – “mas através da obra da redenção consumada sobre a cruz. Uma vez por todas o pecador é justificado pela graça, mesmo quando possa cair, contanto que se arrependa. O cristão é sempre um pecador, sempre um arrependido, um justo sempre” – *semper peccator, semper penitens, semper justus*.

Enquanto esses cursos de estudo eram preparados, as nascentes concepções religiosas de Lutero estavam sendo fortalecidas pelos sermões germânicos de João Tauler e pelo tratado a que se dava o nome de *Teologia Alemã*, obra que Lutero considerava mais consoante com os ensinamentos bíblicos. Seus próprios escritos, inicialmente saídos do prelo, foram homilias práticas sobre o Decálogo, o Pai Nosso e os sete Salmos penitenciais.

§ 5. A venda de indulgências. – Vimos quais foram as posições honrosas a que Lutero havia sido promovido e as investigações a que se entregara, antes que rompesse o dia da Reforma, em 1517. Tendo a Agostinho como guia, fizera do texto da bíblia o assunto absorvente de seus estudos. A preparação humana para seus estudos. A preparação humana para sua carreira pública, como líder eclesiástico, foi o estudo diligente das escrituras; a primeira provocação que recebeu veio da venda das indulgências. Seria difícil achar na história da Igreja uma prática tão profundamente discordante do espírito e das promessas do Evangelho, como a oferta por atacado do perdão de pecados, em troca do pagamento de certa soma de dinheiro. Esse tráfico era feito nos territórios acessíveis da Europa Central, a mandado do Vaticano. Livremente se usava tal processo como fonte de renda com que custear as reformas da basílica de S. Pedro, em Roma, empreendidas por Júlio II e Leão X. A bula de Leão, publicada em 1514, provia indulgências plenárias para a venda na Alemanha, como um governo moderno pode assinar uma emissão de obrigações a favor de uma casa bancária. O país foi dividido em três circunscrições, sendo uma delas distribuída a Alberto de Mogúncia. A metade das rendas devia caber ao arcebispo e a outra metade ao papa, deduzida a comissão do corretor. Semelhante liberalidade foi usada no propósito de habilitar Alberto a solver sua dívida para com o papa, por favores recebidos, e permitir a Leão levar avante os reparos da basílica de S. Pedro e fazer face aos gastos individuais. Alberto tinha pago ao papa 30.000 ducados por seus três bispados, com dinheiro tomado por empréstimo aos Fuggers de Augsburg, firma que representava o Wall-Street da época. Os registros da casa bancária e as negociações feitas em Roma entre os agentes de Alberto e os domésticos do papa, são um livro aberto. O preço de 10.000 ducados-ouro que Alberto pagou pela compra do bispado de Mogúncia constituiu apenas a metade da primeira exigência de Leão. A concessão que aquele obteve era válida por oito anos.³

A prática da concessão de indulgências era um desdobramento do sistema penitencial dos séculos precedentes, segundo o qual os transgressores cumpriam uma penalidade relativa a suas ofensas, observando prescrições impostas pelo sacerdote e constantes dos manuais de penitências. Durante as Cruzadas, os papas assumiram o privilégio de livremente conceder indulgências. Em 1095, Urbano II prometeu a todo que participasse da primeira Cruzada completo perdão de todos os pecados, caso morresse penitente no campo de batalha ou debaixo de sua barraca de campanha. Durante a segunda

DAVID S, SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

Cruzada, 1146, Eugênio III estendeu a concessão da vida eterna aos parentes dos cruzados. Cinquenta anos depois, Inocêncio III foi ainda mais longe, ao prometer que a vida eterna seria acrescentada a todos os que contribuíssem de qualquer forma para o sucesso das Cruzadas. Era crença vulgar que os que morressem combatendo pela reconquista do Santo Sepulcro iriam imediatamente para o céu. Eles eram “mártires evidentes e seus nomes estavam indelevelmente inscritos no Livro da Vida – escreveu Mateus Paris, cerca de 1250.

Os mesmos benefícios gratiosos, concedidos aos soldados da Cruz no solo sírio, foram estendidos, por decreto papal, aos que tomassem da espada contra os Cátaros da França e outros hereges, ou contra os indivíduos rebeldes que resistissem ao papa, como o imperador Frederico II e Ladislau de Nápoles, ou antipapas como Anacleto II. Pelos fins do século XIII, aumentaram-se enormemente as concessões papais. Em quatro anos – 1288-1292 – Nicolau IV publicou nada menos de quatrocentas. O ano de Jubileu, contando da primeira festa instituída por Bonifácio VIII, 1300, tornou-se em oportunidade fecunda para a distribuição de favores aos peregrinos que visitassem Roma, aumentando ao mesmo tempo o número de visitantes da cidade. Descobriu-se nas indulgências um instrumento admirável para a promoção de melhoramentos públicos e empreendimentos eclesiásticos, desde a abertura de estradas e construção de pontes, até a ereção e conserto de hospitais e igrejas. Em certo sentido, as indulgências desempenharam durante a Idade Média a mesma função que tiveram as loterias, há um século, nos Estados Unidos, mas com esta diferença: as loterias eram empresas particulares; as indulgências levavam o selo papal e conferiam vantagens espirituais. O dr. Nicolas Paulus citou avultado número de obras públicas e igrejas construídas durante a Idade Média, sob o estímulo de indulgência papal. As catedrais de Reims, Colônia e Paris foram auxiliadas por aquele meio, assim como o foi a basílica de S. Pedro. Abriu-se ao papa um campo ilimitado, quando Sixto IV, em 1476, tornou as indulgências eficazes às almas do purgatório.

Muito antes que Lutero houvesse escrito suas Teses, Wyclif, Huss e Wessel tinham erguido suas vozes contra o tráfico. Em sua *Cruciata* e em outros escritos, o publicista inglês sustentou ser divertida fantasia a idéia de que os papas são capazes de “desembaraçar os homens da pena e do pecado, tanto neste mundo como no outro; de modo que, quando morrem, voem para o céu sem dificuldade”. Se o papa, continua ele, “destrói a punição, ele também destrói o pecado, porque os dois se associam e o pecado dura tanto quanto a punição, e não mais”. Entre as curiosas indulgências correntes na Inglaterra, no século XIV, uma havia segundo a qual todos os que fizessem peregrinação a Roma e adorassem o Prepúcio – o prepúcio de Cristo – receberiam perdão de 12.000 anos. *Estações da Cruz*, citada por Manning, em 1411, declarando guerra contra Ladislau de Nápoles e prometendo o perdão de pecados àqueles que nela tomassem parte. Vinte anos antes, numa vendagem feita em Prega, o preço do perdão fora graduado segundo a possibilidade de pagar que tivessem os compradores.

Os protestos, como está provado, contra o mercadejamento, não eram mais capazes de o estancar do que o são as aves viajoras, para deterem um transatlântico moderno. A iniquidade cresceu. Quando Lutero iniciou sua atividade pública, não havia, provavelmente, negócio mais ativo do que o câmbio de perdões. Siebert, escritor católico romano, não hesita em dizer que a própria atmosfera do final da Idade Média estava “embebida do veneno das indulgências”. A liberdade com que esses benefícios eram concedidos, mostram-na os pequeninos manuais de devoção que, no final do século XV, circulavam na Alemanha. Uma reza feita, por três vezes, a Sant’Ana, assegurava o perdão de mil anos, por pecado mortal, e vinte mil anos, por transgressões veniais. Oitenta mil

DAVID S, SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

anos de indulgências, segundo o *Jardim da Alma*, acrescentavam-se aos que ofereciam certa oração a Maria. Esta última concessão e outras da mesma espécie foram feitas com fundamento em bulas publicadas por Alexandre VI e Júlio II. Às 8.000 relíquias de Halle se associavam milhões de dias de indulgência – uma espécie da repetição dos períodos geológicos ante-diluvianos. Para sermos exatos, aquela coleção de relíquias eram riquezas que rendiam 39.245.120 anos e ainda o período adicional de 6.540.000 quarentenas, sendo que a quarentena correspondia a 40 dias. Na Holanda, segundo Motley, o descaramento do tráfico quase excedia aos limites do crível. Uma escala graduada fora impressa, dando os preços por que os diversos crimes podiam ser resgatados. O envenenamento era exculpado por onze ducados – seis libras; o incesto por trinta e seis libras e três ducados; o perjúrio por sete libras e três *clarins*. O homicídio, se não fosse por veneno, era mais barato. Na Inglaterra, onde a idéia comercial nunca fez grande progresso, ainda Tyndale notava que “os homens apagam os terríveis fogos do inferno por três pence e meio”. A frase de Erasmo – “a burla de perdões e indulgências” traduzia a impressão geral, mas o tráfico prosseguiu. Conferindo a Henrique VIII o título de “Defensor da Fé”, Leão X prometeu a todos os leitores do livro que o mesmo Henrique escrevera contra Lutero, uma indulgência de dez anos e dez quarentenas.

O apetite popular por perdões avançou tanto, que o povo se persuadiu de que por um certo preço poder-se-ia comprar licença para cometer um crime, sem incorrer em culpa e castigo. Corre a História de que Tetzl foi enganado por um cavaleiro que, pretendendo assaltar o monge dominicano, pagou-lhe uma indulgência por adiantamento. Como Tetzl, após seu dia de vendagem, estivesse a seguir pela estrada, o cavaleiro saltou da moita em que se ocultara e lhe agarrou o cofre. Quando o monge protestou, o cavaleiro replicou que já lhe tinha pago o preço do perdão de seu ato. Não há dúvida de que naquele tempo se davam tais garantias. O próprio João de Paltz cita uma transação dessa ordem, que Berenger admite – p. 14.

Nos dias que correm, os escritos católicos romanos negam que as autoridades da igreja fossem responsáveis pela crença de que a culpa e a divina punição se renovassem por meio de indulgências. É irrisória a negativa. As cartas dos papas e a pregação dos agentes vendedores deram ao povo todo o direito de crer que as indulgências possuíam aquelas virtudes. Estava Lutero enganado quando escreveu ao arcebispo de Mogúncia, ser crença comum que as cartas publicadas por Leão X libertavam a alma de toda pena e culpa? Nas Teses publicadas em Francfort sobre o Oder, Tetzl positivamente declarou que o papa possuía as chaves do purgatório e que as cartas papais de indulgência, caso o vivo fizesse confissão, “reconciliavam co Deus o morto que estivesse no purgatório”. Odecop, acérrimo defensor da velha ordem, que assistiu às preleções de Lutero em seu período inicial, declara que “o povo lançava durante o dia inteiro suas moedas no cofre das indulgências e era absolvido de todos os seus pecados, da pena e da culpa”. A libertação do castigo divino era a coisa desejada. Que caso faz o homem vulgar da culpa, uma vez que as penas relativas à culpa sejam retiradas? As expressões “plena” e “pleníssima” remissão de pecados – *plena, plenissima, remissio* – ocorrem constantemente nas bulas da Idade Média, como acontece com as expressões “da culpa e pena” – *a culpa et poena*, Certo número de bulas, que continham estas últimas palavras, foram citadas por Wyclif e Huss. Em seu Manual de Indulgências, escrito em 1502, João de Paltz ensinava que as cartas papais outorgavam remissão de culpa e pena. Quando Leão X, em 1515, prometeu “indulgência pleníssima e a remissão de todo pecado” – *plenissimam omnium peccatorum remissionem* – que conclusões seria o povo capaz de tirar?

§ 6. **As XCV Teses.** – Dos dias dos Apóstolos até aquele instante, nenhum manifesto produzira tão intensa e genuína sensação como as proposições que Lutero afixou à porta da igreja de Wittenberg, a 31 de outubro de 1517. Muitos anos antes ele havia pregado contra as indulgências. As teses eram um protesto contra a mercantilização das indulgências e foram compostas pelo indulgências e foram compostas pelo autor para constituírem um convite ao debate do assunto em público e na universidade. Em poucas semanas elas se tornaram conhecidas através da Europa Ocidental. Nas instruções baixadas com as regras que seus agentes deveriam observar ao negociarem as dádivas de Leão, Alberto regulava os preços a serem pagos, segundo a condição dos compradores. Reis e príncipes, arcebispos e bispos, deviam pagar pelo menos vinte e cinco florins romanos de ouro; abades e vigários gerais, barões e cavaleiros com suas esposas, dez florins. A mais baixa cotação era fixada em um florim; mas, como o reino dos céus tem em vista tanto o rico como o pobre, as instruções continham providências relativas aos que pudessem fazer pagamentos menores, sugerindo-se que o indigente tivesse a faculdade de completar suas dádivas com orações e jejuns, destarte conseguindo pleno perdão.⁴

Uma grande soma se declarava suficiente pagamento do perdão de parricídio, incesto e outros crimes graves. No afã de desenvolver uma campanha vitoriosa, alguns dos vendedores avançaram tanto, que prometeram indulgência pelo pecado de violação da Virgem. Em suas Teses, Lutero fez menção dessa promessa. Tetzel sempre negou te-la feito; mas, em suas Teses de Francfort, ele argumenta do seguinte modo: desde que a violação da Mãe de Deus, conquanto seja uma impossibilidade, constituiria pecado menor do que o falar contra o próprio Cristo, aquela violação podia ser perdoada.

Têm-se levantado dúvidas sobre se o arrependimento era exigido como condição necessária à participação dos benefícios da indulgência papal. O primitivo costume de inserir aquela condição foi com frequência desprezada nas bulas posteriores. Paulus reconhece que, em certos casos, se fez a declaração expressa de que o arrependimento e a confissão não eram exigidos. No que se refere à libertação das almas do purgatório, Alberto seguia os ensinamentos da Igreja, ao prometer que o dinheiro era suficiente para o assegurar. A crença popular se expressava no ditado:⁵

Tão depressa cai a moeda no cofre,
Uma alma levanta vôo do purgatório.

As Teses provaram ser mais do que provocação o discutir o assunto das indulgências. Eram, de fato, uma provocação a toda a teoria da autoridade da Igreja. Atacavam a idéia de que o papa fosse capaz de fazer mais do que levantar as penalidades impostas pelos oficiais eclesiásticos. Só Deus é capaz de remover a culpa do pecado. Elas afirmavam que o tesouro real de mérito, do qual se retiram as graças que se distribuem, são os Evangelhos, e não um depósito de méritos – *thesaurur meritorum* – que a teoria medieval inventou e pôs à disposição da igreja e do papa.

Por mais pesado que fosse o golpe dado na venda de indulgências e na teoria de sua eficácia, ainda mais rude foi o golpe que suas palavras vibraram na teoria prevalecente de que a igreja, segundo sua vontade expressa através do papa, é para os cristãos a suprema autoridade. As palavras iniciais das Teses conduziam os homens à autoridade de Cristo, como suprema autoridade. Dizem elas: “Nosso Senhor e Mestre, quando diz: Arrepende-te, - *agite poenitentiam*, quer significar que a vida inteira de alguém se torne numa penitência”.

O tom evangélico das palavras foi realçado pelas últimas proposições: “Que os cristãos sejam exortados a seguirem a Cristo, a Cabeça, através do sofrimento, morte e inferno, e assim, através de muitas tribulações, entrem no reino dos céus, em lugar de se entregarem à sensação da segurança pessoal e do livramento mediante indulgências dadas aos vivos e aos mortos”. Sem apreciar devidamente a significação do clamor que levantava contra uma bem defendida crença e prática, Lutero deslocou, por um golpe, a teoria medieval da supremacia do papa. Ele era um arquierege em botão. Quando Leão, recebendo cópia das Teses, enviadas pelo arcebispo Albert, considerou-as como o desabafo de um alemão bêbado, colocou-se no mesmonível da idéia corrente nos meios populares da Itália, dos “bérbaros do Norte”, expressa por Dante no *Inferno* – 17:22 – que os tratou como – “os borrachos alemães”.

Uma réplica formal foi dada a Lutero pelo camareiro do palácio papal, o dominicano Prierias, a qual recebeu severa tréplica do monge de Wittenberg. Os homens prediziam, acerca de Lutero, morte violenta, ou sugeriam que ele fugisse para a Boêmia, onde os hereges estavam no poder. Lutero não era homem para fugir ou facilmente capaz de desviar-se de uma convicção. Ele negou atenção às citações de Leão, convidando-o a seguir “diretamente para Roma, como filho obediente, onde encontraria no santo padre um terno e misericordioso pai”. Em vista do tratamento que Huss havia recebido em Constança, Lutero foi prudente no tocante à aceitação das garantias papais de paternal afeição. Seu eleitor, Frederico o Sábio, com justificável interesse pelos direitos de seus súditos, insistiu em que se fizesse justiça e em que o monge de Wittenberg fosse ouvido em território alemão: Lutero estava disposto – assim escreveu – a entregar seu caso “ao claro testemunho da Escritura e que, se se instaurasse um processo simplesmente inspirado nos terrores da autoridade eclesiástica, os ensinamentos de Lutero, que tinham lançado profundas raízes por toda a parte da Alemanha, levariam a uma rebelião fatal à autoridade do papa”. Combinou-se que Cajetan, um dos teólogos aprovados da época, partiria para Augsburg, onde Lutero era intimado a encontrar-se com ele. Lutero compareceu, mas o legado papal se recusou a discutir. Sua exigência peremptória era a submissão. Não se toleravam argumentos. O encontro começou e acabou com as palavras dos antigos: “Retrate-se! Retrate-se!” Lutero regressou a seu convento sem ter sido convencido e sem se acovardar. Por esse tempo todas as visitas se fixavam em Roma e em Wittenberg.

§ 7. Os Concílios Gerais são falíveis. – A questão entre Lutero e seus oponentes ficou claramente definida na disputa pública realizada em Leipzig, em 1519. Naquele debate o dr. Eck, tão hábil disputante como erudito, concluiu que Lutero fizera a afirmação de que os Concílios Ecumênicos podem errar, porque, como afirmara o Reformador, o Concílio de Constança tinha errado, queimando a João Huss. Imediatamente Eck, que sentiu ter acertado no ponto, mostrou que o professor de Wittenberg era um herege e exclamou: “És um boêmio! Se o reverendo padre acredita que um Concílio pode errar, torna-se para mim pagão e publicano”. Em seus métodos de discussão, os dois contendores se distanciam tanto como o Oriente do ocidente. Eck apelava para o Direito Canônico e para as bulas papais; Lutero recorria incessantemente às Escrituras, e dizia: “Eck, tu foges da Bíblia como o diabo da cruz!” Pessoas presentes em Leipzig disseram que o tratamento dado por Lutero aos escolásticos fora “muito escandaloso”. Outros, como Mosellus, referiram que Lutero se mostrava maravilhosamente versado na Bíblia e parecia trazer de memória todos os textos. Smith I:255, 283.

§ 8. Lutero Excomungado e Proscrito. – Toda a gente sabia que o ato seguinte seria uma bula papal excomungando a Lutero, arma de que os papas tinham usado tão freqüente e eficazmente para quebrar resistências a seus decretos.. Eck tinha ido a Roma para a obter. Antes de sua chegada a Wittenberg, Lutero, com a intrepidez de um comandante feroso, antecipou a bula com a publicação de três obras: - *Carta à Nobreza Alemã*, escrita em alemão; *O Cativoiro Babilônico*, escrita em latim; e *A Liberdade do Cristão*. Nos dois primeiros ele denunciava, entre outros erros opostos às Escrituras e ao verdadeiro Cristianismo, a exclusão dos leigos do governo da Igreja e as pretensões do papa, de ser o único intérprete da Bíblia e o único a ter o direito de convocar um Concílio da Igreja. Lutero declarou que a autoridade do papa “concorda tanto com a dos Apóstolos, como Lúcifer com Cristo, o inferno com o céu e a noite com o dia”. O beijar o pé dopapae a pompa de que o papa se cercava, eram invenções do diabo. O guloso romano era o maior ladrão que jamais passara pela terra. O celibato clerical e as missas pelos mortos deviam ser abolidos. Os hereges deviam ser reduzidos pelos argumentos e não pela fogueira. O sistema sacramental da Idade Média era uma escravidão a que a Igreja fora submetida pelos escolásticos. Quatro, pelo menos, dos sacramentos eram considerados não escriturísticos.. Em comparação com aquelas duas publicações, que foram os golpes mais rudes até então desferidos contra o papado, *a Liberdade do Cristão* era quase uma brisa de verão. Seu autor, ainda mantendo respeito para com o ofício papal, apresenta a liberdade cristã como liberdade em Cristo – e não separada de Cristo. Comparava Leão X, a quem se dirigia, a Daniel entre os leões e exortava-o a que pusesse de lado a falsa glória de que a cadeira papal viera a ser rodeada, glória própria somente de Judas Iscariotes. A despeito da inaudita altivez do livro, Grisar e outros escritores católicos romanos concordam em recomenda-lo como obra escrita no melhor estilo dos místicos alemães.

A bula de excomunhão – *Exsurge Domine* – assinada por Leão a 15 de junho de 1520, invocava a Deus Todo-poderoso e a S. Pedro e S, Paulo e a todos os Santos, para que se erguessem e viessem em socorro da Igreja “contra o javali das florestas e a besta selvagem dos campos”, e para combaterem contra o “novo Porfírio”. Suas quarenta proposições denunciavam as afirmativas de que o purgatório não possa ser provado pelas Escrituras canônicas, que as indulgências sejam uma fraude piedosa, que o pontífice romano não seja o vigário universal de Cristo e que os hereges não devem ser queimados, mas convencidos. Leão outra vez citou o monge para comparecer em Roma, declarando que, caso desobedecesse à intimação, seria exterminado “como um ramo seco, da vinha de Cristo, sendo punido como herege”. Todos os cristãos foram proibidos de ler seus escritos e os lugares que lhe pudessem servir de asilo foram postos sob interdito.

Lutero desafiou a fulminação por meio de um dos atos mais ousados que os mortais jamais praticaram: após ter dado a devida publicidade a seu propósito, na presença dos estudantes da universidade de Wittenberg e de todos os professores, exceto o lente de Hebraico, a 10 de dezembro de 1520 lançou às chamas o documento papal. Naquela tarde, escrevendo a seu velho amigo Staupitz, assegurava que, antes de queimar a bula, tremia e orava; mas, depois de a ter queimado, sentiu-se mais satisfeito com a queima do que com qualquer outra coisa que houvesse feito na vida.

A bula de excomunhão, publicada por Leão X, devia entrar em vigor a 3 de janeiro de 1521. Ela separava a Lutero do corpo de Cristo, e o pontífice nada mais podia fazer a não ser seguir o curso normal, entregando o herege às autoridades seculares para a punição corporal. Isso ele o fez, à semelhança do Concílio de Constança, que havia entregue João Huss ao imperador Segismundo. As exigências do império levaram Carlos V

DAVID S, SCHAFF - NOSSA CRENÇA E A DE NOSSOS PAIS

a hesitar. Aleander, legado do papa junto à corte imperial, cuja função era insistir com Carlos para que agisse, escrevendo para Roma acerca das condições prevalecentes na Alemanha, declarou que o conflito travado entre Gregório VII e Henrique IV fora tão suave como violetas, quando comparado à contenda entre Leão e o rebelde de Wittenberg.. Toda a Alemanha, escreveu ele, estava em armas e zombava das bulas papais. Finalmente, Carlos citou a Lutero para com ele se encontrar na dieta de Worms, em abril de 1521. A assembléia perante a qual Lutero compareceu compunha-se de seis dos sete eleitores, dois legados papais, bispos, príncipes, duques e representantes das cidades livres. Na noite que se seguiu à primeira reunião, Aleander escreveu para Roma num ar de triunfo, antecipando a completa submissão de Lutero no dia seguinte. Naquele mesmo instante Lutero escrevia: “Não me retratarei de um til, se o Senhor estiver a meu lado”. Acusado no dia seguinte perante a dieta, de sustentar os artigos de João Huss, e convidado a retratar-se, ele pronunciou as palavras memoráveis, que colocam as Escrituras e a consciência acima de todas as autoridades eclesiásticas e civis: “A não ser que eu seja convencido por testemunhos da Escritura ou argumentos claros – porque, por eles mesmos, não creio nem em papa, nem em concílios – permaneço convencido pelas Escrituras, compreendidas por mim mesmo e por minha consciência, sendo esta limitada pela Palavra de Deus. Retratar-me eu não o faço e não o desejo, porque fazer alguma coisa contra a consciência é arriscado e perigoso. Aqui fico. Não posso agir de outro modo. Deus me ajude. Amém.”⁶

Dali por diante estava a Cristandade dividida em duas partes. Está fora de discussão qualquer arranjo. Da cena de Worms disse Froude ter sido uma das poucas cenas grandiosas da história humana. Carlyle se pronunciou, chamando a reunião da dieta “o maior monumento da história dos homens”. O historiador católico romano, Lord Acton, vai muito além, quando afirma que “Lutero em Worms é o ato mais fecundo e momentoso de nossa história”. Estando esgotado o período de trégua concedido pelo salvo-conduto de Carlos V, a 26 de maio o imperador declarou Lutero proscrito, o diabo vestido de monge, e ordenou que fosse preso onde quer que fosse ele encontrado.

Os princípios do novo movimento tinham sido definidos. Pertencia a Lutero e aos Reformadores de outras terras fortalece-los e pô-los em prática. Lutero traduziu o ovo Testamento para o alemão, que foi a primeira versão do grego, no decurso de muitos séculos. Traduções em outras línguas seguiram-se prontamente, incluindo-se a tradução de Tyndale, feita do grego para o inglês, em 1526. Em Wittenberg o elemento sacrificial foi retirado da missa; o culto de imagens e de santos foi abolido; o cálix foi restituído aos leigos. A pregação se tornou a parte central do culto público. Foi introduzida a prática do cântico por toda a congregação. Prepararam-se catecismos para o povo. Aboliu-se a prática do celibato clerical. O próprio Lutero se casou, e sua casa se tornou o modelo do lar cristão, onde o pai canta e ora com seus filhos e a hospitalidade se estende francamente a estudantes e a outras visitas. Em 1530 à Reforma Alemã foi dada a fórmula de suas definições, através da Confissão de Augsburgo.

Os príncipes alemães e os legados das cidades imperiais alemãs foram divididos em duas facções, no tocante às mudanças religiosas. O Concílio de Trento considerou as divergências, mas reafirmou o sistema medieval. Entre os dois partidos rebentou uma guerra açulada pelo papa, guerra que teve desfecho indeciso. Pelo tratado de Passau, 1552, e pela resolução da dieta de Augsburgo, 1555, o Protestantismo teve na Alemanha reconhecimento oficial.

Em outros países da Europa Ocidental, a vereda aberta por Lutero teve seguidores. Em detalhes, que agora parecem de pequena importância, Zwinglio, Calvino e

os Reformadores Ingleses dissentiram do líder alemão. Os abusos que Lutero repudiou como anti-escuritísticas, eles também as repudiaram. Entre os Protestantes de todos os países, circularam as Escrituras, deu-se proeminência ao púlpito, reduziu-se o número de sacramentos, renegou-se a supremacia do papa, o culto dos santos foi abolido e as funções de conselho substituíram a mediação e a absolvição sacerdotais. Fundaram-se universidades em lugares que antes não as possuíam, como Genebra, Zuric e Holanda, e adotou-se um sistema geral de educação. A interpretação que João Calvino deu ao Protestantismo prevalece entre os povos da Europa Ocidental; mas os princípios fundamentais estabelecidos por Lutero prevalecem aonde quer que o movimento aporte.

Bibliografia e Notas

1. p. 81, (fim do §, após a palavra Berlim). Para a descoberta e texto das leituras, Vide Ficker: *L.'s Vorlesung uber d. Romerbr.*, 2 vols., 1908.
2. p. 81. Falando da bíblia que Lutero usava desde o tempo em que estava no convento, livro que ele descrevia, nos últimos anos, como encadernado em rubro. Grisar acrescenta que o monge se aprofundou no estudo dela e, após ter brilhantemente preenchido as condições, recebeu o título de D. D.
3. p. 83. Paulus: *Tetzel*, p. 31, caracteriza o entendimento entre os agentes de Alberto e Leão como “acima de tudo, uma transação financeira”. Schulte: *D. Fugger in Rom.*, p. 121, fala da nomeação de Alberto para a sede Halberstadt como “um exemplo de pura e simples simonia, se jamais existiu simonia”. O original da bula de 31 de março de 1518, concedendo a Alberto a indulgência livre, está em Munich.
4. p.87. A Tese 75^a diz – *etiamsi quis per impossibile dei genetricem violasse, est insanire*. Quanto à carta de Lutero a Alberto, Vide Kohler, 139, 144, e Kidd 27 e ss. Lutero repetiu a asserção em suas Resoluções, 1518. Escrevendo a 32 de dezembro de 1518, Tetzel negou que fosse culpado da blasfêmia, fosse do púlpito ou por escrito; Paulus, p.61.
5. p. 87. Janssen – Pastor 2:83 e ss., reconhece que, de acordo com bulas papais assim como pelas *Instruções* de Mainz, a única condição para a obtenção de uma indulgência para os mortos era o pagamento de dinheiro, estando estabelecido que o arrependimento e a confissão não eram necessários.
6. p. 91. Circulou livremente através de Worms que Huss estava outra vez a ser julgado. Sobre as cartas que tratam do incidente de Worms, Vide Smith, *Cor.*: 506-547. A declaração divulgada pelo secretário, John von Eck, funcionário do arceb. de Treves, é transcrita por Kidd, pp. 82-85. Grisar – 1:389-91 – faz esforços para mostrar que Lutero não pronunciou todas as palavras que lhe são atribuídas. Eck mencionou as palavras em caráter de citação e referiu que Lutero falou em Latim, até chegar à cláusula: “Aqui permaneço”, *hier steh ich*. O uso das duas línguas corresponde com a observação de Oldecop, sobre o método de Lutero na sala de estudo.